

Artigo submetido a 20 de Setembro de 2021; versão final aceite a 14 de Janeiro de 2022
Paper submitted on September 20, 2021; final version accepted on January 14, 2022

A Pastorícia no Desenvolvimento dos Territórios de Montanha em Portugal: Uma Análise Multidimensional aos Desafios e Oportunidades¹

Pastoralism in the Development of Mountain Territories in Portugal: A Multidimensional Analysis of Challenges and Opportunities

Rui Pinto

rui.pinto@forestwise.pt

Gestor de Projeto (Mestre em Engenharia Florestal), ForestWISE CoLab – Laboratório Colaborativo para a Gestão Integrada da Floresta e do Fogo, Campus da UTAD

Marina Castro

marina.castro@ipb.pt

Professora Auxiliar na Escola Superior Agrária de Bragança/Instituto Politécnico de Bragança/CIMO-Centro de Investigação de Montanha

Filipa Torres-Manso

ftorres@utad.pt

Professora Auxiliar na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro/CIFAP-Departamento de Ciências Florestais e Arquitetura Paisagista/CETRAD-Centro de Estudos Transdisciplinares de Desenvolvimento

Manuel Rainha

manuel.rainha@gmail.com

Gestor de Recursos Florestais/SONAE ARAUCO

Resumo

A sustentabilidade da pastorícia extensiva, designadamente em territórios de montanha, encontra-se ameaçada devido à sua desvalorização e, conseqüentemente, ao acentuado decréscimo de pastores e efetivos pecuários. O abandono desta atividade contribui para a desvitalização do tecido socioeconómico local, perda de biodiversidade e um aumento do risco de incêndios de grandes dimensões. O objetivo deste estudo foi realizar um diagnóstico à pastorícia extensiva em seis territórios de montanha em Portugal, identificando constrangimentos e potenciais estratégias de valorização, fazendo uso de metodologias participativas. Os resultados apontam para a necessidade de desenvolver políticas que visem uma maior valorização e reconhecimento social do pastor e estratégias que proporcionem um aumento da rentabilidade da pastorícia, nomeadamente através do pagamento de serviços de ecossistema e da gestão de biomassa combustível.

Palavras-chave: pastoreio; montanha; oportunidades; desafios; valorização

Códigos JEL: Q10; Q15; Q19

¹ Instituições financiadoras: Projeto Interreg SUDOE OpentoPreserve (SOE2/P5/E0804: Open2Preserve), Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais, I.P

Abstract

The sustainability of extensive pastoralism, particularly in mountainous areas, is threatened by its devaluation and the sharp decline in shepherds and livestock. The abandonment of this activity contributes to the devitalisation of the local socio-economic environment, loss of biodiversity in agri-forestry areas and an increased risk of large-scale fires. The aim of this study was to carry out a diagnosis of extensive pastoralism in six mountain territories in Portugal, identifying constraints and potential valorisation strategies, making use of participatory methodologies. The results point to the need to develop policies and strategies aimed at a greater appreciation and social recognition of shepherds and breeders and an increase in the profitability of pastoralism, namely through payment for ecosystem services and management of fuel biomass.

Keywords: pastoralism; mountain; opportunities; challenges; valorization

JEL Codes: Q10; Q15; Q19

1. INTRODUÇÃO

Com cerca de 500 milhões de pastores em todo o mundo (McGahey et al., 2014), a pastorícia é responsável por significativos contributos socioeconómicos e ambientais em mais de 100 países (Davies et al., 2016; Manzano, 2015; Tessema et al., 2014; Reid et al., 2008). De acordo com a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO), estima-se que existam na Europa cerca de 15 milhões de hectares consignados a sistemas agropastoris (Augère-Granier, 2020), representando Portugal um número aproximado de 1,92 milhões de hectares em pastagens permanentes (naturais e melhoradas) (ICNF, 2015). Em Portugal, a importância da pastorícia é desde logo relatada nos textos dos primeiros forais (Vicente, 2014) e reforçada por outros autores para a relevância económica, social, ambiental, histórica e cultural que representa para muitos territórios rurais (Canals, 2019; Pinho, 2018; San Emetério et al., 2016; Torres-Manso et al., 2014; Fuhlendorf et al., 2009; Moreira e Coelho, 2008; Dias, 1965; Ribeiro, 1945; Ribeiro, 1940-1941).

É sobretudo nos territórios de maior altitude, que a atividade pastoril tem maior tradição. Em Portugal, as zonas montanhosas representam cerca de 40% do território nacional (Azevedo et al., 2016), sendo normalmente áreas marginais, periféricas e com solos maioritariamente ocupados por povoamentos florestais, matos e pastagens². A fraca aptidão dos solos e a altitude, ambos fatores limitantes para a agricultura, favorecem o desenvolvimento da pastorícia extensiva. Neste contexto, a atividade pastoril em regime extensivo com espécies e raças altamente adaptadas a estas condições, tornou-se mesmo, em muitas regiões, a única atividade possível de garantir a subsistência das populações locais.

De um modo geral, apesar da tradição pastoril e da importância que a mesma representa para alguns territórios portugueses, observa-se nos últimos 100 anos, um acentuado decréscimo do efetivo pecuário (em particular pequenos ruminantes) e do número de pastores/criadores (INE, 2020). Nos anos 40 do século XX, Dias (1965) colocava o país entre os congéneres europeus onde esta atividade mantinha excecional caráter e enorme diversidade. Porém, já nesse tempo, e referindo-se a esta atividade, o autor sublinhava uma rápida e profunda transformação no então “mundo moderno” que ia “inexoravelmente destruindo a vida tradicional, para a substituir por formas mais racionais de economia” (1965: 333).

O abandono da atividade pastoril que se vem observando, para além de consequências ambientais e ecológicas negativas, transporta também constrangimentos socioeconómicos que se repercutem na desvalorização da pastorícia e no despovoamento dos territórios rurais (Gómez Sal, 1997; Pinto-Correia, 2000; Castro, 2004; Lasanta-Martínez et al., 2005; Peco et al., 2006). Estes constrangimentos, associados a outros fatores, designadamente de ordem política, condicionam o desenvolvimento e a coesão territorial, contribuem para a desestruturação do meio rural que os caracteriza e para o seu empobrecimento (Bento-Gonçalves, 2021). Simultaneamente, com os terrenos agrícolas votados ao

² Inventário Florestal Nacional Nº 6 (ICNF)

abandono, os espaços florestais com uma gestão incipiente e um clima de influência atlântico-mediterrânico favorável ao desenvolvimento da vegetação (Pyne, 2006 e 1997), torna-se inevitável o aumento de biomassa de espécies arbustivas altamente inflamáveis, com consequente elevação do risco de incêndio rural e maior suscetibilidade a fogos de extrema severidade (Vélez, 2006 e 1982; Sil et al., 2019). A incipiente gestão da vegetação, designadamente com a redução da atividade pastoril, contribui para a alteração do regime do fogo de alta frequência e baixa intensidade que existia nos territórios de montanha, evoluindo para um regime de fogo de baixa frequência e alta intensidade que, tal como refere Moreira (2008), transforma os incêndios rurais numa força destruidora de territórios, recursos e vidas humanas, pela frequência com que ocorrem, mas sobretudo pela intensidade.

Os efeitos positivos desta atividade no ambiente, constituindo uma mais valia para as regiões em termos sociais e económicos (Gómez Sal, 2000; Mosquera-Losada et al., 2005), associado ao crescente interesse na pastorícia por parte de agentes com responsabilidades na gestão dos territórios rurais, nomeadamente no apoio à gestão de combustíveis para a prevenção dos incêndios rurais, têm desencadeado algumas iniciativas de apoio à realização de queimadas extensivas, visando concertar os planos de fogo controlado dos municípios e das comunidades intermunicipais com a prática do pastoreio. Porém, a redução de pastores e efetivos pecuários nos territórios rurais, tem dificultado a implementação deste tipo de estratégias. Diversos autores e técnicos propõem uma abordagem integrada e participativa dos vários *stakeholders* envolvidos, destacando a necessidade de criação de equipas pluridisciplinares na conceção de medidas e estratégias de intervenção nos territórios (Moreira e Coelho, 2008). Também no conhecimento das diferentes perceções sociais, de modo a facilitar o ajustamento dos objetivos das políticas às representações da pastorícia, assim como, na definição de estratégias concertadas (Marta-Costa et al., 2013) que favoreçam o desenvolvimento destes territórios, este tipo de abordagem é importante.

Assim, é essencial perceber de que forma se podem compatibilizar as perspetivas dos diversos *stakeholders* envolvidos nesta atividade, de maneira a encontrar potenciais soluções que ajudem a reverter o cenário de desvalorização da pastorícia em regime extensivo em territórios de montanha, e de potenciais estratégias que promovam o seu rejuvenescimento. Por conseguinte, é necessária uma abordagem holística (Moreira e Coelho, 2008; Manzano, 2021) e a aplicação de metodologias participativas para identificar as atuais perceções sociais em torno da atividade.

Partindo da aplicação de metodologias participativas junto dos *stakeholders* (técnicos, entidades e pastores/criadores), definiram-se os seguintes objetivos para este estudo: a) identificar as dimensões de análise mais relevantes para os constrangimentos da atividade pastoril; b) diagnosticar os atuais constrangimentos em cada uma dessas dimensões de análise; c) apresentar potenciais soluções para a revitalização da pastorícia extensiva em Portugal.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Entre dezembro de 2020 e fevereiro de 2021, realizou-se um diagnóstico à atividade pastoril em seis territórios de montanha em Portugal, designadamente no Planalto Mirandês e Montalegre (Norte) e Castro Daire, Cinfães, Figueira de Castelo Rodrigo e Território Serra da Estrela (Centro), recolhendo perceções de diversos atores sociais que têm relação com a pastorícia, identificando constrangimentos e potenciais estratégias de valorização para a atividade. Dado o contexto em que o estudo se insere e os objetivos definidos, optou-se pela aplicação de um design de investigação social assente numa abordagem qualitativa (Patton, 1980).

O estudo teve como base territorial o projeto nacional do Mecanismo de Apoio à Realização de Queimadas (MARQ), coordenado pela Agência para a Gestão Integrada dos Fogos Rurais (AGIF), assim como, alguns dos objetivos propostos pelo projeto Interreg SUDOE “OpentoPreserve”.

A técnica que serviu de base à recolha de dados foi o *focus-group* (no caso concreto, um grupo de discussão por cada território considerado) (Wilkinson, 1998; Silva et al. 2014). O objetivo destes encontros é recolher informação rica e detalhada, sobre um determinado assunto de investigação, permitindo a interação dos participantes na discussão (Carey and Asbury, 2016). O contexto pandémico atual, limita consideravelmente a recolha de informações através deste método. Assim, como forma de ultrapassar este constrangimento, optou-se por adaptar a metodologia usada em *focus-group* num formato *online*, em plataforma digital apropriada para o efeito (no caso concreto, o ZOOM). O caráter experimental desta metodologia, foi igualmente avaliado no sentido de perceber

se os objetivos pretendidos foram alcançados e da possibilidade do seu uso em situações alternativas. Dado o formato destes encontros, assim como, o enquadramento dos mesmos que envolveram a participação pública de diversos *stakeholders*, estes tomaram a designação de Encontros Participativos.

Os Encontros Participativos foram antecedidos por três reuniões preparatórias (*brainstorming*) entre investigadores da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e Técnicos da AGIF, de maneira a planear os encontros participativos com uma equipa pluridisciplinar.

Foi usado um método de amostragem dirigida (amostragem intencional), onde indivíduos (independentemente da idade, do sexo ou habilitações académicas), organizações e entidades foram selecionados com base no seu conhecimento e envolvimento na atividade pastoril e na gestão dos territórios. Para a proposta inicial de participantes e constituição dos grupos de discussão, foram considerados contatos fornecidos pela AGIF e o trabalho de avaliação do primeiro ano de implementação do MARQ, nalguns concelhos das regiões norte e centro do país, entre outubro de 2019 e maio de 2020.

No que concerne ao número de participantes, estabeleceu-se que se situaria entre os seis (6) e os doze (12) por encontro, para além do moderador da sessão e dos observadores convidados. Depois de definidas as listas de participantes, foram endereçados convites formais, via e-mail, e enviados lembretes para a realização do evento na semana anterior ao evento e 30 minutos antes deste se realizar.

Para os encontros participativos, foram concebidas uma estrutura e uma dinâmica que serviram de base à recolha das informações pretendidas. As respostas obtidas em cada encontro foram registadas, categorizadas e organizadas de acordo com as dimensões existentes (social, económica, ambiental, técnica e jurídico-legal). Adicionalmente, foram consideradas as observações efetuadas pelos observadores presentes e complementadas as respostas dadas pelos participantes.

Os encontros foram gravados com prévio consentimento dos participantes. No final de cada encontro, os participantes preencheram um breve questionário de avaliação do mesmo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 regista o número de participantes em cada um dos Encontros Participativos e a respetiva taxa de participação que se situou em 61%, tendo o encontro relativo ao concelho de Cinfães registado a menor taxa de participação (25%). Facto assinalável, foi a participação exclusiva de pastores/criadores pecuários no encontro referente ao território da Serra da Estrela.

Quadro 1 – Número de participantes em cada Encontro Participativo

Distrito	Concelho	Nº de convidados	Nº de participantes	Taxa de participação (%)
Viseu	Castro Daire	11	9	82
	Cinfães	12	3	25
Guarda	Figueira de Castelo Rodrigo	12	6	50
	Território da Serra da Estrela	11	9	82
Bragança	Planalto Mirandês	12	8	67
Vila Real	Montalegre	13	8	62
	Total	71	43	61

Fonte: elaborado pelo autor

Cerca de 70% dos participantes que responderam ao questionário de avaliação dos encontros, fez uma apreciação global muito positiva do respetivo evento. A participação de todos os intervenientes na discussão dos assuntos, foi considerada muito satisfatória e permitiu recolher contributos de diferentes perspetivas.

3.1 As dimensões mais relevantes na abordagem pluridisciplinar da pastorícia

Os intervenientes destacaram a estreita interligação que existe entre as diferentes dimensões apresentadas (social, económica, ambiental, técnica e jurídico-legal), realçando a dificuldade (senão mesmo a impossibilidade) em dissociá-las. Ainda assim, as dimensões económica (39,4%), social (27,3%) e ambiental (21,2%) foram indicadas como as que mais contribuem para uma análise integrada da atividade pastoril nestes territórios. Esta é uma realidade corroborada por diversos autores na avaliação da sustentabilidade da pastorícia noutros países (Tessema, 2014; Dong, 2016; Manzano, 2021). A marginalização social da pastorícia, do pastor e a baixa rentabilidade desta atividade, são fatores que encabeçam e justificam as escolhas da dimensão socioeconómica. A dimensão ambiental também foi referida como de elevada importância e de estreita relação com as duas anteriores. Por detrás desta perceção, está a frequência dos incêndios que periodicamente atingem estes territórios e a assunção de, nalguns casos, os mesmos estarem relacionados com a atividade pastoril. No encontro que envolveu os pastores da região da Serra da Estrela, foram referidos vários motivos que justificam o exercício da atividade, nomeadamente a tradição familiar, o gosto de trabalhar com animais e ao ar livre (na natureza), o contributo que é prestado na gestão do território, a compensação financeira da atividade e o orgulho pessoal em serem pastores/criadores de gado.

3.2 Principais constrangimentos

Na dimensão social, para além dos constrangimentos recorrentes do êxodo rural (pessoas, bens e serviços), do despovoamento, do envelhecimento populacional e de um território do interior do país carente de diversas infraestruturas, regista-se a referência à marginalização social a que o pastor e a sua atividade estão sujeitos. A esta perceção junta-se a falta de reconhecimento da profissão de pastor e a contínua redução de pastores nos territórios onde outrora a sua presença era significativa. Em períodos diferentes, Pinto (1999), Torres-Manso (2015), e Sá Rego e Castro (2021), fazem referência a esta mesma realidade. Para além de todas as outras limitações de ordem social, estas apresentam-se com implicações diretas na reduzida participação dos pastores no planeamento de estratégias e iniciativas que visem a gestão do território. Esta situação, onde o fraco associativismo e cooperativismo foi igualmente indicado como um dos responsáveis, designadamente no que ao pastoreio extensivo de pequenos ruminantes diz respeito, ficou também patente na ausência de pastores (ou seus representantes) nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Paralelamente, a baixa escolaridade dos pastores (Montalegre), a disponibilidade que a atividade exige (Montalegre) e questões inerentes à aceitação social para o uso do fogo (que, por exemplo, exigem um cuidado e atenção especiais com a colocação de fotografias nas redes sociais alusivas a ações de fogo controlado), são também limitações apontadas entre alguns dos participantes. A FAO também realça estas questões de forma clara, sublinhando os baixos índices de alfabetização e a falta de capacidade de influência das partes interessadas nas pastagens a nível mundial, como fatores que comprometem seriamente a capacidade de adaptação e resiliência dos pastores (McGahey et al., 2014). O painel de participantes do território da Serra da Estrela, identificou outras limitações relacionadas com o abandono dos terrenos e o sistema de partilhas das propriedades nas heranças, que condicionam o acesso às propriedades por desconhecimento dos proprietários e tornam a propriedade cada vez mais dividida, dificultando o contacto com os proprietários.

Relativamente à dimensão económica, são apontados como principais constrangimentos a forte dependência dos apoios financeiros à atividade pecuária e o facto de muitas vezes se encontrarem desenquadrados da realidade do território. Também se salientam a baixa rentabilidade da atividade e a forma como esta variável justifica o maior afastamento dos mais jovens desta atividade e das suas escolhas profissionais (Montalegre). Outros participantes colocam em evidência o subaproveitamento na exploração de produtos do rebanho ou as dificuldades sentidas ao nível do escoamento dos mesmos (Cinfães). Na zona da Serra da Estrela sublinha-se a perda de rendimento com a venda dos produtos feita a intermediários e a dificuldade de venda direta aos matadouros. No Planalto Mirandês foi ainda destacada a falta de valorização dos serviços de ecossistema gerados pela atividade pastoril, bem como a falta de valorização dos produtos locais e regionais e a reduzida dimensão das explorações agrícolas. Mobilizados pelas receitas provenientes da instalação de aerogeradores, alguns órgãos gestores de terrenos comunitários, relegaram para segundo plano a gestão e ordenamento do território que poderia ser efetuado através da pastorícia. Esta questão é apontada como um

constrangimento ao desenvolvimento da atividade, pois revela o desinteresse pela mesma e consequente desvalorização que se foi instalando nalguns territórios, contribuindo, entre outros, para a degradação das pastagens naturais.

No que concerne a dimensão ambiental, o grande número de incêndios nestas regiões é considerado, de forma generalizada, como o principal constrangimento ao desenvolvimento da pastorícia. Situação que é relacionada com a elevada relação existente entre a carga de combustível/encabeçamento, designadamente em Figueira de Castelo Rodrigo. No entanto, a falta de planos de pastoreio e melhoramento de pastagens, a não valorização dos serviços de ecossistema inerentes à pastorícia e a reduzida articulação em diversas facetas da atividade em espaços protegidos e classificados de Rede Natura 2000, também foram problemas identificados nalguns concelhos. Por último, foi referido o desconhecimento da sociedade em geral, do benefício da atividade para o ambiente. Este conjunto de problemas identificados tem reflexo noutras realidades geográficas espalhadas pelo mundo, tal como refere Manzano (2001).

Na dimensão técnica a expressão mais utilizada é a “falta de apoio” que é notada ao nível do acompanhamento técnico aos pastores, na sua formação e sensibilização das comunidades pastoris, designadamente, no uso do fogo e em candidaturas de apoio a financiamentos. Esta situação refletiu-se na dificuldade de acesso e desconhecimento dos pastores relativamente a programas e medidas de apoio à sua atividade. A avançada idade da maioria dos pastores (Castro Daire), a predação do lobo (Cinfães), a falta de infraestruturas de apoio ao pastoreio extensivo (como abrigos para pernoita, cercas e bebedouros) e que, entre outras, exigem grandes deslocações dos rebanhos para se alimentarem, foram aspetos igualmente referidos no âmbito dos condicionalismos técnicos. Este último aspeto é apontado por outros autores, quando referem que a mobilidade pastoril é influenciada pelo estado dos recursos e infraestruturas necessárias para os movimentos, incluindo pontos de água, trilhos de gado, pastos e locais de acampamento (Davies et al., 2016). As respostas dadas pelos pastores da Serra da Estrela, sublinham muito a dificuldade na gestão do tempo despendido entre a atividade pastoril e outros afazeres, assim como, o reduzido território disponível para pastoreio e a falta de recursos humanos nas explorações.

Finalmente, a dimensão jurídico-legal fez evidenciar um quadro legal confuso, pouco claro e de difícil concretização, seja na atividade em si ou no uso do fogo. As referências ao desconhecimento dos proprietários de muitos terrenos privados, à simplificação de processos para construção de infraestruturas de apoio à pastorícia e a elevada burocracia, são problemas transversais. A falta de articulação e organização entre diversas entidades responsáveis pela gestão do território, assim como, a mobilidade e acesso aos terrenos por parte dos pastores também foram salientados. Na Serra da Estrela também se realçaram as questões relacionadas com a legislação sobre a produção de leite e de queijo, assim como, a falta de fiscalização na produção do queijo Serra da Estrela.

3.3 Soluções propostas para os constrangimentos identificados

Os participantes partilharam iniciativas e experiências que foram ou estão a ser desenvolvidas, em diversos territórios portugueses e espanhóis, e que procuram dar resposta a alguns dos problemas referidos anteriormente (por exemplo, os projetos MARQ, Rebanhos+ Clima Positivo e Ramats de Foc).

Para os intervenientes, retirar o pastor e a pastorícia da marginalização social significa aumentar os seus rendimentos e os seus níveis de formação. A necessidade de valorizar o conhecimento empírico dos pastores mais velhos e envolvê-los na formação dos mais novos também foi sublinhado. As Escolas de Pastores em Espanha e mais recentemente em Portugal, foram usadas como exemplo nesta matéria.

O associativismo e cooperativismo também foram apontados como ferramenta para proporcionar maior poder de intervenção aos pastores, no planeamento e gestão dos recursos do território rural, naquilo que pode ser uma alavanca importante para aumentar os índices de aceitação social da atividade e do próprio pastor.

As propostas da vertente económica passam por iniciativas de empreendedorismo inovador associado à valorização dos produtos do rebanho, através de campanhas de *marketing*, selos de certificação diferenciadores e combinações com outras atividades e setores da economia, como o turismo ou a restauração. Este aumento da rentabilidade da atividade considera ainda a possibilidade de pagamento de um ordenado ao pastor, em função das realidades das comunidades pastoris existentes,

e o aumento dos subsídios por cabeça para 70-75€, tendo em conta, entre outros fatores, o regime de exclusividade com que a maioria dos pastores se dedica à atividade. Em consequência, sugere-se um maior envolvimento dos municípios, freguesias, Conselhos Diretivos de Baldios e outras organizações por forma a tornar possível esta realidade. Nos territórios da Serra da Estrela, a produção de queijo e leite está muito presente na necessidade manifestada em criar uma organização imparcial que defenda os interesses do produtor e que consiga evitar flutuações do preço do leite ao longo do ano.

Em termos ambientais, as potenciais soluções passam por perceber a sensibilidade do pastor para a importância da preservação ambiental e paisagística do território, procurando envolve-lo no planeamento e operacionalização de ações de gestão do território (designadamente em questões relacionadas com o uso do fogo para renovação de pastagens ou em matéria de defesa da floresta contra incêndios (DFCI). O pagamento dos serviços de ecossistema de regulação proporcionados pela atividade, é uma vertente cujo conhecimento deve ser aprofundado e mais valorizada. Observa-se, igualmente, a necessidade de trabalhar na formação de técnicos habilitados para a elaboração de planos de pastoreio, que deem resposta a necessidades ambientais dos territórios, nomeadamente no campo dos incêndios rurais, da preservação da paisagem e da biodiversidade, em articulação com outras organizações e instituições de ensino superior.

As soluções relativas aos constrangimentos técnicos, incidiram sobretudo na formação e capacitação dos pastores (manejo dos animais e uso do fogo), no apoio à realização de queimadas controladas e na simplificação dos processos de ajudas financeiras e de gestão das explorações pecuárias. A criação de gabinetes de apoio pelas autarquias ou Conselhos Diretivos de Baldios para prestar apoio aos pastores, também foi apresentada como possível solução. Adicionalmente, foram dados contributos no sentido de melhorar os processos de comunicação, informação e aprendizagem mútua entre pastores e agentes de diversas organizações (promover mais encontros entre pastores e técnicos e mais reflexão nos temas relacionados com a pastorícia), assim como, melhorar o conhecimento sobre a dimensão dos encabeçamentos e percursos de pastoreio adaptados a cada região.

Nos aspetos jurídico-legais foi dado particular realce à necessidade de realizar um cadastro predial que apoie no planeamento e gestão do território (designadamente, em matéria DFCI e de acessibilidade à propriedade por parte dos pastores) e à necessidade de melhorar o enquadramento jurídico no uso do fogo, atribuindo maior flexibilidade, por exemplo, na utilização do fogo de gestão. Para além disso, foi feita menção ao papel que o MARQ tem desempenhado em ultrapassar constrangimentos ao uso do fogo nestes territórios, com o objetivo de renovação de pastagens. Mais uma vez, os pastores da Serra da Estrela concretizam a necessidade de uma fiscalização mais eficaz à produção de queijo, de modo a reduzir os queijos que resultam de mistura de leite de regiões diferentes das da Serra da Estrela.

3.4 A pastorícia na prevenção dos incêndios rurais e na gestão de biomassa

Muitas pastagens dependem do fogo para a sua conservação, embora os pastores sejam criticados quando o usam como uma ferramenta de gestão para renovar as pastagens e para combater as pragas (UICN, 2011). Relativamente ao contributo da pastorícia na gestão de biomassa combustível e na problemática dos incêndios rurais, o MARQ é apontado como projeto que deve ser alargado a outras regiões, em face do sucesso que tem auferido junto da maioria das comunidades e dos pastores em particular. Em Cinfães sublinha-se a necessidade de ter mais rebanhos nas serras por forma a consumir a elevada carga de biomassa existente. Em Figueira de Castelo Rodrigo, entre várias opiniões, sobressaem as que indicam a necessidade de apoiar o pastor e a sua atividade através do pagamento de serviços que visem a gestão de combustíveis em ações DFCI e de preservação da paisagem e da biodiversidade. Para além disso, reconhece-se o saber empírico dos pastores no uso do fogo e na gestão da paisagem através do pastoreio extensivo, mas acrescenta-se a necessidade de maior interligação entre técnicos e pastores, nomeadamente no planeamento e execução de queimadas controladas. Em Montalegre pede-se maior participação dos pastores no planeamento e operacionalização de queimadas controladas, assim como, a possibilidade de atribuir novas funções ao pastor, socialmente reconhecidas e financeiramente apoiadas (por exemplo, vigilantes da natureza ou na prevenção dos incêndios). Por fim, no Planalto Mirandês reconhece-se a necessidade remodelar o programa das “*cabras saporadas*”, o estabelecimento de contratos com os pastores para efetuar gestão de combustíveis em áreas consideradas estratégicas e o incentivo à criação de Zonas de Intervenção

Florestal (ZIF), desde que a sua formação seja acompanhada pelo efetivo funcionamento das mesmas.

4. CONCLUSÕES

A metodologia usada para este estudo, permitiu a concretização dos encontros participativos *on-line* e o diagnóstico à atividade pastoril nos territórios em estudo, revelando-se como uma alternativa válida ao formato presencial dos *focus-group* para futuros trabalhos de investigação deste tipo.

Conclui-se com a análise multidimensional que as questões socioeconómicas e ambientais assumem particular importância na discussão integrada da atividade pastoril. Confirmou-se a interdisciplinaridade da pastorícia e as especificidades dos respetivos contextos sociogeográficos nos seis territórios estudados. A análise dos constrangimentos e limitações ao desenvolvimento da pastorícia nestes territórios, identifica as seguintes orientações:

- a) valorizar a pastorícia e melhorar a perceção social do pastor;
- b) aumentar a rentabilidade da atividade para o produtor, diversificando a oferta de produtos e garantindo a sustentabilidade da cadeia de valor (produção, distribuição e consumo);
- d) apoiar e acompanhar os pastores na sua atividade, desenvolvendo relações de cooperação e confiança com as comunidades pastoris, de maneira a promover uma gestão do território mais inclusiva e participativa, designadamente através da aprendizagem mútua entre os diversos agentes responsáveis pela gestão do território;
- e) ajustar o enquadramento jurídico-legal e reduzir a burocracia para a prática da atividade pastoril, no que se refere à mobilidade, acesso à propriedade, ao uso do fogo e às candidaturas aos apoios financeiros; e
- f) garantir um regime de fogo que permita conciliar as necessidades de renovação de pastagens com a conservação da natureza e da biodiversidade.

Foram apresentadas iniciativas que visam experimentar abordagens integradas e pluridisciplinares. Contudo, as mesmas carecem da valorização dos serviços de ecossistema inerentes à atividade pastoril.

À tendência para o colapso dos sistemas agro-silvo-pastoris de montanha devido à redução de populações, pastores e rebanhos, contrapõe-se a crescente consciencialização para a relevância desta atividade nos territórios de montanha do norte e centro de Portugal, pensando sobretudo na redução do risco de incêndio e na ocupação do território.

À escala europeia e nacional propõe-se a conceção e melhoramento de políticas de apoio a jovens agricultores, que estimulem a prática e o rejuvenescimento da atividade pastoril. Os exemplos de novos casos de empreendedorismo na atividade que se observam no país, com carácter inovador, outra formação e mentalidade, deverão ser acompanhados, pois são um sinal de esperança na revitalização e sustentabilidade da pastorícia e no contributo que a mesma possa desempenhar na dinamização socioeconómica dos territórios, na redução de risco de incêndio e na conservação da biodiversidade.

BIBLIOGRAFIA

Azevedo, J. C.; Cadavez, V.; Arrobas, M. e Pires, J. M. (2016), “Sustentabilidade da Montanha Portuguesa. Realidade e Desafios”, Edição Instituto Politécnico de Bragança, ISBN 978-972-745-220-0.

Bento-Gonçalves, A. (2021), “Os incêndios florestais em Portugal”, Edição Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Canals, R. (2019), “Landscape in motion: revisiting the role of key disturbances in the preservation of mountain ecosystems”, Cuadernos de Investigación Geográfica, 45(2), pp. 515-531, <https://doi.org/10.18172/cig.3634>.

Carey, M. A. & Asbury, J. E. (2016), “What is a focus group?” In Focus Group Research (2nd Edition), Routledge.

Davies, J.; Herrera, P.; Ruiz-Mirazo, J.; Mohamed-Katerere, J.; Hannam, I. e Nuesiri, E. (2016), “Melhorar a governança das terras pastoris”, Implementação das Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse da Terra, das Pescas e das Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, Guias Técnicos sobre Governança da Posse da Terra, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), Roma.

Dias, J. (1965), “Aspetos da vida pastoril em Portugal”, Revista Etnografia, Museu de Etnografia e História, Volume IV, Tomo 2, pp. 333-387.

Fuhlendorf, S.D., Engle, D.M., Kerby J. e Hamilton, R. (2009), “Pyric herbivory: rewilding landscapes through the recoupling of fire and grazing”, *Conserv Biol* 23(3), pp. 588-598. doi: 10.1111/j.1523-1739.2008.01139.

INE (2020). Estatísticas Agrícolas. Instituto Nacional de Estatística, Lisboa. Disponível em <<https://www.ine.pt>>

Instituto da Conservação da Natureza (2015), “6º Inventário Florestal Nacional 2015”, Relatório Final.

Manzano, P. (2015), “Pastoralist ownership of rural transformation: the adequate path to change”. *Development (Rome)* 58, pp. 326-332, <https://doi.org/10.1057/s-11301-016-0012-6>.

Marta-Costa, A. A.; Pinto, R.; Torres-Manso, F.; Tibério, L.; Carneiro, I.; Fernandes, P. e Botelho, H. (2013), “Participação Pública e Gestão Florestal na Serra de Montemuro: Entre a perceção e a realidade”, Edições do Norte, ISBN: 978-972-8546-43-4, Pp. 166.

McGahey, D., Davies, J., Hagelberg, N. & Ouedraogo, R. (2014), “Pastoralism and the green economy: a natural nexus?” Nairobi, UICN e PNUMA (disponível em http://cms-data.iucn.org/downloads/wisp_green_economy_book.pdf).

Moreira, M. B. (2008), “A silvopastorícia na prevenção dos incêndios rurais”, in https://www.researchgate.net/publication/277230701_A_silvopastoricia_na_prevencao_dos_fogos_rurais.

Moreira, M. B. e Coelho, I. S. (2008), “A silvopastorícia na prevenção dos fogos rurais” (Introdução), in Moreira, M. B. e Coelho, I. S. (coord.) *A silvopastorícia na prevenção dos fogos rurais*, ISAPress, Lisboa, ISBN: 9789728669324.

Patton, M. O. (1980), “Qualitative evaluation methods”, Beverly Hills CA: Fage.

Pinho, J. (2018), “Evolução histórica dos organismos no âmbito da administração pública florestal (1824-2012)”, in *CULTIVAR-Cadernos de Análise e Prospetiva* Nº 11, pp. 81-94.

Pyne, S. J. (1997), “Vestal Fire: an Environmental History, Told Through Fire, of Europe and Europe's Encounter with the World”, Seattle: University of Washington Press.

Pyne, S. J. (2006), “Fogo no jardim: Compreensão do Contexto dos Incêndios em Portugal”, in João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva (coord.), *Incêndios Florestais em Portugal. Caracterização, Impactes e Prevenção*, ISAPress, Lisboa, pp. 115-131.

Reid, R.S.; Galvin, K.A. and Kruska, R.S. (2008), “Global significance of extensive grazing lands and pastoral societies: an introduction”, in K.A. Galvin, R.S. Reid, R.H. Behnke, and N.T. Hobbs (eds.), *Fragmentation of Semi-arid and Arid Landscapes, Consequences for Human and Natural Systems* (Springer), pp. 1-24.

Ribeiro, O. (1945), “Portugal: o Mediterrâneo e o Atlântico”, Coleção «Nova Universidade», 13, Livraria Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando (1940-1941), “Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela”, *Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa*, vol. VII, Lisboa, pp. 213-303.

Sil, Â., Fernandes, P.M, Rodrigues, A. P, Alonso, J.M, Honrado, J.P., Perera, A. e Azevedo, J.C. (2019), “Farmland abandonment decreases the fire regulation capacity and the fire protection ecosystem service in mountain landscapes”, *Ecosystem Services*, Volume 36, ISSN 2212-0416, <https://doi.org/10.1016/j.ecoser.2019.100908>.

Silva, I. S., Veloso, A. L e Keating, J. B. (2014), “Focus group: Considerações teóricas e metodológicas”, *Revista Lusófona de Educação*, 26, pp. 175-190.

Tessema, W.K., Ingenbleek, P.T.M. & van Trijp, H.C.M. (2014), “Pastoralism, sustainability, and marketing. A review”, *Agron. Sustain. Dev.* 34, pp. 75–92.

Torres-Manso, F. (2015), “Pastoreio em territórios de montanha”, Newsletter da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens nº 6, maio de 2015, disponível em http://sppf.pt/images/trifolia/TRIFOLIA_6_2015.pdf.

Torres-Manso, F., Fernandes, P., Pinto, R., Botelho, H. and Monzon, A. (2014), “Regional live-stock grazing, human demography and fire incidence in the Portuguese landscape”, *Forest Systems*, [S.l.], v. 23, n. 1, ISSN 2171-9845, pp. 15-21, <http://dx.doi.org/10.5424/fs/2014231-02758>.

Vélez, R. (1982), “Forest fires in the Mediterranean Region. In Forest Fire Prevention and Control”, in U.N.E.C. for Europe (Ed.), pp. 37-51.

Vélez, R. (2006), “A defesa contra incêndios florestais: estratégias, recursos, organização”, in João Santos Pereira, José M. Cardoso Pereira, Francisco Castro Rego, João M. Neves Silva e Tiago Pereira da Silva (coord.), *Incêndios Florestais em Portugal. Caracterização, Impactes e Prevenção*, Lisboa, ISAPress, pp. 355-368.

Vicente, M. G. (2014), “Transumância na Beira Interior em tempos medievos”, *UBIMuseum-Revista Online do Museu dos Lanifícios da Universidade da Beira Interior*, pp. 103-114, disponível em <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n03/artigos.html>.

Wilkinson, S. (1998), “Focus group methodology: a review”, *International Journal of Social Research Methodology*, ISSN: 1364-5579 (Print) 1464-5300 (Online), pp. 181-203, disponível em <https://www.tandfonline.com/loi/tsrm20>.